



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

INTERVENÇÕES NA PAISAGEM CULTURAL E CONTRATES NA APROPRIAÇÃO: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Andre Araujo Almeida (Universidade Presbiteriana Mackenzie) - andrearaujo.almeida@mackenzista.com.br
Arquiteto (Politecnico di Torino, Italia, 2003); Arquiteto urbanista (Universidade Federal do Ceará, 2006); Mestre (2015) e doutorando (desde 2021) pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie; professo

Angelica Aparecida Tanus Benatti Alvim (Universidade Presbiteriana Mackenzie) - angelica.alvim@mackenzie.br
Arquiteta e Urbanista (Faculdade de Belas Artes de São Paulo, 1986), Mestre e Doutora em Arquitetura e Urbanismo (Universidade de São Paulo - FAU / USP, 1996; 2003); professora adjunto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana

Intervenções na paisagem cultural e contratos na apropriação: um diálogo necessário para o desenvolvimento local

INTRODUÇÃO

Este artigo explora o tema da apropriação da paisagem cultural e como identidades locais podem ser fortalecidas ou enfraquecidas no imaginário coletivo a partir de intervenções urbanas. Faz uma breve análise de dois territórios de referência na cidade de Fortaleza, Poço da Draga e Mucuripe, com o intuito de observar sinais de apagamento e invisibilidade de comunidades vulneráveis. Analisa ainda as potencialidades que as discussões sobre o desenvolvimento local trazem para o tema. O processo de segregação sócio-espacial costuma ser consequência da estigmatização causada por estereótipos criados sobre determinados trechos dos territórios. Por outro lado, o fortalecimento das identidades locais é fundamental para a promoção do desenvolvimento, na abordagem proposta por Alberto Magnaghi e Mauro Giusti (1989) conhecida como Escola Territorialista Italiana.

Tal investigação justifica-se pela percepção geral quanto à diversidade de interpretações que as intervenções na cidade, cumulativamente, ao longo do tempo, podem incitar. Sabemos que o exercício interpretativo encerra em si mesmo certa subjetividade, ou imprecisão, resultando em uma infinidade de significados. Compreendemos assim que analisar um objeto através da sua representação visual, assim como um texto através da sua representação escrita, compõe-se tanto pelo conhecimento e/ou informação que temos a respeito do que se quer interpretar, quanto pela nossa capacidade de compreensão do objeto através da percepção pela sensibilidade. Como poeticamente nos faz refletir Mia Couto (2011):

“Falamos em ler e pensamos apenas em livros, nos textos escritos. O senso comum diz que lemos apenas palavras. Mas [...] lemos emoções nos rostos, lemos os sinais climáticos nas nuvens, lemos o chão, lemos o Mundo, lemos a Vida. Tudo pode ser página. Depende apenas da intenção de descoberta do nosso olhar. Queixamo-nos de que as pessoas não lêem livros. Mas o déficit de leitura é muito mais geral. Não sabemos ler o mundo, não lemos os outros.” (COUTO, 2011, p.103)

O presente trabalho traz assim, por objetivo geral, observar como as relações entre paisagem cultural e intervenções urbanas podem interferir no desenvolvimento local; e, por objetivos específicos, a) discutir as formas de apreensão e interpretação da paisagem urbana; b) debater a construção do imaginário urbano contemporâneo; c) discutir os dois territórios de referência para o tema; d) observar cruzamentos teóricos entre o tema e a abordagem territorialista italiana. Partiu-se da seguinte questão: As intervenções na paisagem influenciam na apropriação coletiva e no desenvolvimento local? Diante da questão apresentada, propõe-se um percurso metodológico de investigação teórico-conceitual pautado em pesquisa bibliográfica que promova o diálogo entre autores que auxiliem na compreensão do tema e nas reflexões sobre as tendências contemporâneas, relacionando-os, ao final do trabalho, à abordagem territorialista de Alberto Magnaghi.

REPRESENTAÇÕES DA PAISAGEM E SUAS INTERPRETAÇÕES: DISCUSSÕES DE PARTIDA

O conceito de “paisagem cultural” surge a partir do aprofundamento na UNESCO da idéia de “paisagem”. Inicialmente associada à natureza, seu conceito tem se ampliado através de discussões que passam a contemplar também as modificações antrópicas dessa paisagem, as quais chamamos de “cultura”. Tais discussões, iniciadas na década de 1980, culminam na convenção atual definida em 1992 na reunião realizada a convite do ICOMOS e do Comitê do Patrimônio Mundial. O grupo entendeu que:

[...] as paisagens são consideradas ilustrativas da evolução da sociedade humana e seus assentamentos ao longo do tempo, sobre a influência de contingências físicas e/ou oportunidades apresentadas pelo ambiente natural, bem como pelas sucessivas forças social, econômica e cultural, que nelas interferem. (RIBEIRO, 2007, p. 41)

Ao discutirem o tema da paisagem cultural, Pereira e Almeida (2019, p.118) afirmam que “a cultura de um povo sintetiza-se ao longo do tempo nos seus costumes, nas suas regras sociais e nas suas diversas formas de manifestação e expressão, resultando nos seus registros materiais ou imateriais”. Nesse sentido, os contatos sociais que compõem a sociedade são os veículos onde a cultura se propaga, e parte dessa propagação se dá pelas formas de leitura e comunicação do espaço e suas representações. Por leitura não entendemos apenas a textual, mas a interpretação de diversas formas de comunicação, como oral, gestual, visual, midiática, entre outras.

Entendendo assim paisagem urbana como uma manifestação cultural de uma sociedade que a produziu, faz-se necessário exercitar a prática da leitura e interpretação da paisagem pelos profissionais da arquitetura e do urbanismo. As mais conhecidas cidades do mundo costumam, através das suas imagens, ensejar nas mentes humanas diversas interpretações, que criam o imaginário a seu respeito. A título de exemplo, Bruno Zevi (2018) reproduz sua percepção sobre Los Angeles da seguinte forma:

“Considero que Los Angeles não seja uma cidade, mas somente uma extensão sem limites e amorfa de edifícios. Isso se confirma pelo fato de que alguns a exaltam como prelúdio de uma nova estrutura urbana, ou seja, de um organismo desestruturado. Mas para Lévi-Strauss, nem mesmo New York é uma cidade no sentido histórico, ou europeu, do termo. Evidentemente, a diferença entre cidade e não-cidade não é de ordem de categoria: refere-se à intensidade das trocas sociais, o comportamento comunitário dos habitantes, o número e a qualidade dos pólos de aglutinação dos interesses coletivos.” [tradução nossa] (ZEVI, 2018, p. 61)¹

¹ *Che Los Angeles non sia una città, ma solo una sconfinata e amorfa distesa di edifici, è confermato dal fatto che alcuni le esaltano come preludio di una struttura urbana di tipo nuovo, cioè di un organismo desestruturato. Ma per Lévi-Strauss neppure New York è una città nel senso storico, o europeo, del termine. Evidentemente, la differenza tra città e non-città non è di ordine categoriale; riguarda l'intensità degli scambi sociali, il comportamento comunitario degli abitanti, il numero e la qualità dei poli di condensazione degli interessi collettivi.* (ZEVI, 2018, p. 61)

A seguir, Zevi (2018) também registra a percepção do antropólogo Francês Claude Lévi-Strauss sobre New York:

“Aqueles que acham feia New York são apenas vítimas de percepção ilusória. Não tendo ainda aprendido a mudar de paradigma, teimam em julgar New York como cidade e criticam as ruas, os parques, os monumentos. Sem dúvida, New York è, objetivamente, uma cidade, mas o espetáculo que oferece à sensibilidade europeia é de uma outra ordem de grandeza que é aquela da nossa paisagem: enquanto as paisagens americanas nos transportam a um sistema ainda mais vasto, do qual não possuímos equivalente. A beleza de New York não depende da sua natureza como cidade, mas da sua transposição, inevitável para o nosso olho que se negam a enriquecer-se, do nível de cidade aquele de paisagem artificial, onde os princípios do urbanismo não possuem mais razão de ser: únicos valores significativos, o aveludado da luz, a evanescência da distância, os precipícios sublimes aos pés dos arranha-céus e os vales sombrios polvilhados de automóveis multicores como flores.” [tradução nossa] (LÉVI-STRAUSS, 1960 *apud* ZEVI, 2018, p. 74)²

Bruno Zevi (2018) nos presenteia também com sua percepção sobre uma cidade brasileira, nesse caso o Rio de Janeiro, da seguinte forma:

“Em 1935 no Rio de Janeiro, o lugar ocupado por qualquer pessoa na escala social se mede com o altímetro, quanto mais baixa a altitude, mais alto o domicílio está nessa escala. Os miseráveis vivem empoleirados nas alturas, nas ‘favelas’ onde uma multidão de negros vestidos com limpidíssimos trapos inventavam no violão aquelas brilhantes melodias que durante o carnaval desceriam a invadir a cidade...” [tradução nossa] (ZEVI, 2018, p. 74)³

A partir das sensíveis e belas interpretações de Zevi e Strauss, podemos compreender que as paisagens das cidades e seus “[...] edifícios podem e devem falar.” (TIETZ, 2008, p.85). O ato de “ler”, ou interpretar, a paisagem urbana pode ser feita de diversas formas, entre elas, pela leitura visual do espaço natural e construído. Para isso, precisamos aprender a ler criticamente as representações da cidade.

Porém, é muito comum as pessoas se influenciarem mais pelos significados incutidos nas representações visuais do que pelos significados ocultos nas imagens, mas dedutíveis se compreendidos os contextos, a história e os agentes ali presentes. Isso se dá pelas dificuldades encontradas no próprio ato de interpretar.

² *Coloro che trovano brutta New York sono solo vittime di una percezione illusoria. Non avendo ancora imparato a cambiare registro, si ostinano a giudicare New York una città, e criticano le strade, i parchi, i monumenti. Senza dubbio, New York è, obbiettivamente, una città, ma lo spettacolo che offre alla sensibilità europea è di un altro ordine di grandezza che è quello del nostro paesaggio; mentre i paesaggi americani ci trasportano in un sistema ancora più vasto di cui non possediamo l'equivalente. La bellezza di New York non dipende dalla sua natura di città, ma dalla sua trasposizione, inevitabile per il nostro occhio se rinunciano a irrigidirci, dal livello di città a quello di paesaggio artificiale, dove i principi dell'urbanesimo non hanno più ragione di esistere: unici valori significativi, il vellutato della luce, l'evanescenza delle lontananze, i precipizi sublimi ai piedi dei grattacieli e le vallate ombrose cosparsa di automobili multicolori come fiori.* (LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristi Tropici*. Milano: Il Salvatore, 1960 *apud* ZEVI, 2018, p. 74)

³ *Nel 1935 a Rio de Janeiro, il posto occupato da ciascuno nella scala sociale si misurava con l'altímetro, tanto più basso quanto più il domicilio era alto. I miserabili vivevano appollaiati sulle alture, nelle 'favelas' dove una folla di negri vestiti di stracci pulitissimi inventava sulla chitarra quelle vivaci melodie che durante il carnevale sarebbero discese a invadire la città..* (ZEVI, 2018, p. 74)

“As pessoas são diariamente assaltadas por milhares de sensações e imagens: os sinais visuais que nosso ambiente nos impõe são cada vez mais fortes: dos sinais de trânsito passando pelos cartazes até o ‘spot’ publicitário na televisão. [...] tudo isto tem apenas um objectivo [sic]: chamar a atenção a qualquer preço para se destacar da concorrência.” (TIETZ, 2008, p.82)

A interpretação visual é, na contemporaneidade, cada vez mais concorrencial, fortemente caracterizada pelo *marketing* aplicado às imagens, ofuscando o olhar do observador, que busca uma compreensão do que está sendo retratado. Quando há um desequilíbrio entre os mecanismos narrativos presentes nas representações urbanas e as capacidades do leitor de identificação destes, as interpretações se tornam frágeis e manipuláveis, contribuindo para a construção de estereótipos e de estigmas sobre as cidades. A indução imposta à imagem e à sua interpretação reduz a complexidade do fato urbano às informações parciais e superficiais da realidade que as representações urbanas buscam fixar.

Inúmeras cidades, a exemplo de Fortaleza, no Ceará, têm visto suas representações visuais cada vez mais difundidas. Tais imagens tem explorado massivamente um dos aspectos de sua realidade, reforçando-o (figura 1).



Figura 1: Imagem estereotipada de Fortaleza (turística)

Fonte: MONTES, sd.

Outros aspectos são pouco representados, ou abordados apenas em canais de comunicação específicos, reduzindo-o, no imaginário coletivo, a “situação de exceção” (figura 2), mesmo que algumas vezes trate-se “da regra”. As partes excluídas das representações urbanas de massa, em muitos casos, correspondem à cidade que a maioria da sua população vivencia. Essas parcelas do território, constantemente excluídas em inúmeros outros aspectos da sociedade, são também excluídas das representações urbanas de suas

próprias cidades, que buscam reforçar apenas a parcela do seu território que a minoria hegemônica da sua população não identifica como sua realidade.



Figura 2: Imagem estigmatizada de Fortaleza (jornalística)

Fonte: TOSI, 2020.

A estereotipação e a estigmatização da cidade são preocupantes, pois reduzem e excluem, do receptor das representações urbanas, importantes aspectos daquele território. A partir do que afirma Maria Lucia Malard (2006, p. 20), “não podemos pensar figuras – ou imagens – que não conhecemos, que o mundo não oferece aos nossos olhos”, precisamos ficar atentos e atentas às imagens que representam as cidades contemporâneas. Um desafio contemporâneo é proceder com as interpretações urbanas de forma equilibrada e não excludente. Elas podem revelar os contrastes das nossas sociedades, ou escondê-los. Como nos alerta Leonardo Benevolo (2007), um dos maiores desafios de arquitetos e arquitetas, no limiar do século XXI, é:

“[...] defender a realidade, conservar a distinção entre a paisagem real em que se desenvolve a vida cotidiana e a paisagem virtual das aparências que os meios de comunicação de massa fabricam [...]. A ilusão faz parte do repertório arquitetônico desde sempre, mas em uma reconhecida relação de subordinação à realidade. Essa relação deve ser confirmada ou modificada depois de ter sido bem avaliada, não deixada na imprecisão.” (BENEVOLO, 2007, p. 10).

Não se pode esperar que individualmente uma única imagem seja capaz de expressar tamanha complexidade que é o fenômeno urbano e suas articulações sociais. Salvo raras exceções de imagens fortes e impactantes (figura 3), a grande maioria não possui tal força comunicativa. As representações, além de registrarem os pensamentos de quem a produz, são muito úteis como ferramentas de análise urbana. As imagens contemporâneas nos ajudam a compreender a cidade como palco para disputa de narrativas. Nela estão expressos os interesses e os discursos dos grupos hegemônicos, detentores dos poderes discursivos sobre a cidade e sua paisagem, ou “o que queremos que pensem de nós” (FERRARA, 1988, p. 7).



Figura 3: Paraisópolis e Morumbi, São Paulo
Foto: Tuca Vieira *apud* GUIMARÃES, 2019

Para isso, precisamos, através da representação das paisagens urbanas (espaços naturais e construídos), interpretar criticamente os discursos e as relações de poder entre os agentes presentes no contexto urbano representado. Contudo, nos tempos atuais, esse desafio torna-se maior, à medida que, como sociedade, passamos a valorizar, ou mesmo supervalorizar, a imagem. O acesso à imagem e a sua própria produção têm se tornado cada vez mais abundante, em virtude do avanço das TIC's - Tecnologias de Informação e Comunicação – como as mídias eletrônica e digitais.

A imagem passa a ser mais do que objeto dos meios de comunicação de massa; passa a ser também, junto com o espaço em si, objeto de consumo (BENEVOLO, 2007). Ou seja, a imagem não mais está associada apenas à função de registro ou informação. A grande velocidade de produção e reprodução de imagens desencadeia a superficialidade de leitura e interpretação (FERRARA, 1988; BENEVOLO, 2007). Além da velocidade, também a condução e a manipulação das idéias e interpretações sobre as representações urbanas promovem a remodelação do imaginário coletivo. Quanto a isso, no campo da arquitetura e do urbanismo, Leonardo Benévolo (2007, p. 10) alerta para o risco das imagens midiaticamente trabalhadas que “estilizam e [...] obscurecem os artefatos reais”.

Parece-nos então que, na contemporaneidade, a superabundância de imagens (BENEVOLO, 2007), os estigmas e os conflitos de interesses presentes nas cidades podem nos ajudar a verificar a hipótese sobre a construção ou fortalecimento de estereótipos nas representações urbanas, em detrimento da realidade da paisagem e das identidades locais. Abordaremos esse assunto a seguir.

A CONSTRUÇÃO CONTEMPORÂNEA DO IMAGINÁRIO URBANO

Discutimos até aqui como as representações das cidades são registros da paisagem e da vida urbana, e merecem especial atenção como objetos de pesquisa pela complexidade presente na sua interpretação. Diante disso, podemos recorrer a tais documentos que representam as imagens das cidades contemporâneas na busca por compreender o que elas podem nos ensinar para melhor compreensão do fato urbano ali representado. Do mesmo modo, devemos ficar atentos ao poder de construção de narrativas que podem também mascarar as realidades ali expostas sobre cada território.

Partimos, então, da premissa de que, na contemporaneidade, um conjunto selecionado de representações exaustivamente expostas a um público desatento às estratégias de comunicação de massa pode construir, no imaginário coletivo, estereótipos que se sobrepõem à identidade historicamente consolidada e se afastam da realidade das cidades ali representadas, alterando-a para atender a interesses específicos. Essas exposições têm o poder de sobrepor-se também à própria democracia, em processos *top-down* de construção, como na Paris do Barão de Haussmann no século XIX, e reconstrução, como na Paris contemporânea do distrito de *La Défense* (figura 4), da identidade da própria cidade, privilegiando interesses culturais globais sobre os demais.



Figura 4: La Défense, Paris (2004)

Fonte: Wikimedia Commons (2006) *apud* FISCHER, 2017

Cabe aqui destacar que tais representações correspondem apenas a uma parcela do território urbano, e normalmente expressam o pensamento da ideologia hegemônica sobre as próprias cidades ali representadas. Como nos ensina Malard (2006), a imagem não é o pensamento, mas ela constrói o pensamento sobre cada coisa.

“[...] a imagem não é o pensamento (como não é um cachimbo, como não é uma cadeira, como não é um edifício...); é uma imagem: e a descrição do pensamento, sua representação visível, sua aparência para o mundo.” (MALARD, 2006, p. 21)

No universo de representações urbanas, interpretar as imagens requer a compreensão de cada contexto, dos processos históricos vivenciados nesse território, dos agentes ali inseridos e dos interesses e conflitos ali presentes.

“Uma obra é uma criatura viva e vívida; uma peça que cada geração verá e interpretará de maneiras distintas. [...] Toda construção surge em um contexto social, político e econômico, e [...] toda grande obra é resultado de decisões políticas e do conflito entre os interesses privados e públicos, dos diversos grupos e operadores urbanos. [...] cada obra de arquitetura possui uma missão ideológica [...] a mesma cidade é o banco de provas e comparações mais eficaz.” [tradução nossas] (MONTANER, 2002, p. 19-20)⁴

A interpretação e a crítica arquitetônica e urbanística não podem adotar posturas dogmáticas, ao contrário, devem ser dialéticas. Sobre isso, a profissão da arquitetura e do urbanismo tem uma grande responsabilidade. Além da contribuição teórica sobre o tema da paisagem cultural e do aprimoramento das capacidades sociais de leitura da cidade, tem um papel direto sobre a produção da própria paisagem urbana, já que é projetada e construída em nome dos agentes sociais proponentes. Sobre isso, Heliana Comin Vargas (2014) nos ensina que:

“Quaisquer que sejam as demandas da obra arquitetônica, em geral, tende-se a trabalhar, preferencialmente, com o visual, isto é, com o modo como os edifícios aparecem em detrimento das questões de ordem funcional e prática, de construção ou de uso. O fato de que a sociedade é agora mais complexa e as expectativas com relação à arquitetura são mais altas, faz com que as demandas de visibilidade se ampliem.” (VARGAS, 2014, p. 03)

A arquitetura e o urbanismo são políticos por natureza; isso está na essência da *polis*. E como tal, podem ser utilizados como ferramentas para desequilibrar o jogo de forças e interesses presentes na sociedade. Agentes detentores de poder econômico e político têm como prática histórica o uso da arquitetura para fortalecimento de poderes, nas mais diversas épocas.

“[...] qual é o objeto do urbanismo como comumente se entende? É o mesmo objeto que há a política – a qual tem sido, no entanto, também amplamente teorizada como ciência e como arte, e ainda como misto de ambos. O objeto do urbanismo é o levantamento de uma situação histórica dada, com o fim de lhe operar a transformação atual e futura segundo princípios, crenças, convicções, ideias motrizes, diretrizes e programas, quaisquer que sejam.” [tradução nossa] (ZEVI, 2018, p. 57)⁵

⁴Una obra es una criatura viviente y vivida; una pieza que cada generación verá e interpretará de maneras distintas. [...] toda construcción surge en un contexto social, político y económico, y [...] toda gran obra es el resultado de unas decisiones políticas y de la pugna de los intereses privados y públicos, de los diversos grupos y operadores urbanos. [...] toda construcción surge en un contexto social, político y económico, y [...] toda gran obra es el resultado de unas decisiones políticas y de la pugna de los intereses privados y públicos, de los diversos grupos y operadores urbanos. [...] cada obra de arquitectura posee una misión ideológica. [...] la misma ciudad es el banco de pruebas y comparaciones más eficaz [...] (MONTANER, 2002, p. 19-20)

⁵[...] qual è l'oggetto dell'urbanistica come comumente s'intende? È lo stesso oggetto che ha la politica – la quale è sata del resto anch'essa variamente teorizzata come scienza o come arte, e ancora come misto de tutti e due. L'oggetto dell'urbanistica è il rilevamento di una situazione storica data, al fine de operarne

Posicionar-se na paisagem é uma forma de demonstração de poder cultural e ideológico, pois explicita as forças que regem a construção da imagem da cidade. Aí estão os valores dos grupos que a definem, e não dos grupos locais que a vivenciam. Assim, se materializam na cidade discursos estigmatizantes *versus* identidades locais, afetando o senso de pertencimento. Hoje em dia, é cada vez mais comum a imposição de valores desterritorializados que constroem, no imaginário coletivo, estereótipos que se sobrepõem à identidade. A paisagem é alterada e mascarada para atender a interesses político-econômicos. A cidade fragmentada, segundo Harvey (2000), é fruto dessa sobreposição de “colagens” sobre o tecido urbano:

O pós-modernismo cultiva [...] um conceito do tecido urbano como algo necessariamente fragmentado, um ‘palimpsesto’ de formas passadas superpostas umas às outras e uma ‘colagem’ de usos correntes, muitos dos quais podem ser efêmeros. (HARVEY, 2000, p69)

No passado a arquitetura sempre foi usada a favor dos poderes simbólicos e estabelecidos (*status quo*). Mas mesmo com a sociedade moderna e a construção ideológica da liberdade e da democracia ocidental, os poderes hegemônicos têm usado a arquitetura e o projeto urbano como instrumento político e econômico (MONTANER; MUXI, 2014). Na contemporaneidade, essa prática tem se intensificado, com o fortalecimento do poder comunicativo que a imagem tem adquirido desde fins do século XIX, fortalecido pelas TIC’s no século XXI.

[...] também o projeto urbano e o planejamento urbano têm sido usados como instrumentos de divulgação e promoção pessoais e político-eleitorais.” (VARGAS, 2014, p. 05)

Na esfera privada e com a acentuação do caráter concorrencial das atividades econômicas, também as empresas e a prática profissional da arquitetura tem utilizado a arquitetura expressa na paisagem como ferramenta de auto-promoção, seja de uma marca, um negócio ou do próprio arquiteto. (VARGAS, 2014, p. 04) Assim, com a mercantilização da sociedade, a profissão da arquitetura e do urbanismo tem perdido ou enfraquecido gradativamente seus valores fundamentais. O principal valor perdido é seu caráter orgânico, capaz de adaptar o projeto às condições específicas de cada contexto, integrando o espaço projetado ao contexto local, e conseqüentemente contribuindo com a democracia através do fortalecimento dos poderes locais (MAGNAGHI, GIUSTI, 1989; ASCHER, 2010). Também se perde, ou se reduz, o caráter racional, funcional e abstrato responsável, na primeira metade do século XX, por reaproximar a arquitetura dos princípios vitruvianos (*firmitas, utilitas e venustas*). Na contemporaneidade, afasta-se dos objetivos sociais modernistas adquirindo o caráter mercadológico atual.

“Há, nos dias de hoje, um sentimento profundo de que a arquitetura deixou de ser ou ter preocupações específicas para cada projeto. [...] a transformação dos edifícios em *commodities* [...] exige certa universalidade do produto imobiliário, [...]” (VARGAS, 2014, p. 05)

O princípio *venustas* é compreendido como o princípio da beleza da deusa Vênus, mas pode ser interpretado também como o caráter simbólico do espaço. Esse princípio, associado ao seu valor artístico e também à estética de mercado, parece ser o valor em ascensão, mas que coloca a função social da arquitetura em desequilíbrio quanto aos seus princípios fundantes.

“[...] as imagens produzidas estariam carregadas de significados, passando a incorporar valores de signo. [...] a visibilidade inerente à própria arquitetura a tornam mais atraente como instrumento de demonstração de poder.” (VARGAS, 2014, p. 04)

Ao deixarmos de lado os princípios e os valores éticos da nossa profissão, caminhando de maneira individualista, reduzimos a arquitetura a um objeto de consumo. Vitório Gregotti alerta que somos nós, os próprios arquitetos a contribuir para a desvirtuação da profissão, dizendo: “Quem ameaça a arquitetura atualmente são os próprios arquitetos. Em geral, sua maior preocupação é com sua fama pessoal, com suas publicações, com a imagem.” (GREGOTTI *apud* VARGAS, 2014, p.12)

Diante da contemporaneidade como a tratamos neste capítulo, principalmente quanto a alteração das paisagens urbanas e suas representações para manutenção das relações de poder, a desvirtuação da profissão da arquitetura e do urbanismo torna-se tema ético de grande relevância. Os processos de produção da cidade e de representação das suas paisagens tem o poder de construir estereótipos que colaboram com a manutenção das estruturas de poder. De modo análogo, também contribuem com a simplificação da percepção da complexidade e da diversidade socioespacial, e assim estigmatizar, excluir e invisibilizar territórios inteiros. Os efeitos resultantes, associados a outros processos que ocorrem em paralelo, mantém, ou mesmo acentuam, as desigualdades sociais existentes. Sem uma compreensão crítica desses conjunto, a arquitetura contribui com a manutenção das desigualdades, valorizando e desvalorizando parcelas selecionadas do território com suas intervenções.

Até aqui discutimos o tema da paisagem cultural e suas representações a partir do olhar da construção dos estereótipos e estigmatização dos territórios. Tais representações são instrumentos de poder quando excluem, pois podem tornar invisíveis (MALARD, 2006, p. 20) e anular seu poder e participação política. Esse processo tem se acentuado na contemporaneidade, fortemente marcado por aspectos econômicos, ligados principalmente à mercantilização da arquitetura e do urbanismo, e a apropriação das representações urbanas como ferramenta de *marketing* urbano. Tudo isso dentro de um contexto de compreensão de desenvolvimento econômico pautado no princípio do crescimento ilimitado (MAGNAGHI, GIUSTI, 1989).

Diante do exposto, percebemos como as imagens da cidade são remodeladas, tornando-se a representação de grupos hegemônicos e do discurso que querem firmar. Tal manipulação encerra um paradoxo: podem esconder os contrastes das sociedades mas também podem revelá-los. Observaremos, a seguir, através de dois territórios de referência na cidade de Fortaleza, como áreas vulneráveis têm suas condições de precariedade e exclusão acentuados quando não são considerados partes integrantes da própria paisagem em que se inserem.

A PAISAGEM CULTURAL E VULNERABILIDADE SOCIAL EM FORTALEZA: APAGAMENTOS NO MUCURIPE E NO POÇO DA DRAGA

Segundo a abordagem da Escola territorialista defendida por Magnaghi e Giusti (1989) e por Magnaghi (2011; 2017), o conceito de sustentabilidade deve ser compreendido a partir de múltiplas dimensões e relações que compõem os espaços natural, construído e social de um determinado território. Tal escola de pensamento considera que a sustentabilidade de um território é transversal e sistêmica, e a participação da sociedade é determinante na sua construção e na promoção do desenvolvimento local e cultural. Dentre as múltiplas dimensões da sustentabilidade, a dimensão social tem relação direta com a cultura, com a participação social e com o desenvolvimento local.

No âmbito desta dimensão, a sustentabilidade se constrói a partir da compreensão dos aspectos relacionados à população local, das possibilidades políticas de participação social e de todas as interações que se dão a partir da valorização da cultura, da memória e do respeito à sua própria paisagem. Porém, sabemos que a variedade da paisagem contemporânea não é fruto apenas da riqueza e da diversidade cultural dos lugares. É também a expressão dos contrastes e desequilíbrios entre as forças que agem sobre esse território. A imagem da cidade registra não apenas sua heterogeneidade intrínseca, mas também as relações de poder que a produz ou a apaga, e isso é um dos aspectos a se enfrentar na busca pelo desenvolvimento sustentável.

Observaremos, a seguir, como se dá essa relação desigual entre os processos de apropriação e apagamentos da paisagem em territórios de fragilidades sociais. Para isso, observaremos dois territórios de referência na cidade de Fortaleza, o Poço da Draga e o Mucuripe.

A comunidade do **Poço da Draga** insere-se em um contexto de grandes disputas na região central de Fortaleza (figura 5). Os agentes que atuam sobre o território estão em constante conflito nas suas relações simbólicas e de poder (ALMEIDA, 2015, p. 202). Em tais conflitos, os mais vulneráveis acabam por permanecer em constantes riscos de supressão de seus direitos e modificações na sua paisagem. Essa comunidade é, assim, resultado do processo de evolução histórica e resistência na região onde se insere.



Figura 5: Centro de Fortaleza e localização do Poço da Draga
Fonte: Imagem disponível no software livre Google Earth. Editada pelo autor

Originalmente conhecida como Praia do Peixe, a região passou a se chamar “Praia de Iracema” nas primeiras décadas do século passado. De área de ocupação popular e pequeno porto até meados do século XIX, a região passa a interesse de veraneio pelas elites locais no início do século XX, quando a cidade volta-se ao mar. Em poucas décadas a paisagem física e cultural mudou, resultado da expansão das construções de veraneio sobre a paisagem pré-existente. Nesse processo, a comunidade de pescadores e estivadores do Poço da Draga foi sendo gradativamente estigmatizada, com maior intensidade nas décadas de decadência econômica causada pela transferência do porto para a região do Mucuripe em meados do século XX. Só a partir da década de 1990 a região volta a ser alvo do interesse das novas dinâmicas econômicas internacionais. Inserida nesse ambiente de disputa e de constante risco de remodelação da paisagem cultural do lugar, a comunidade se consolida nos aspectos construtivos e nos seus laços comunitários. Os que habitam esse território passam a construir relações sociais e políticas com o espaço, relações de afetividade, memória e senso de pertencimento.

A praia do **Mucuripe**, por sua vez, compreende uma faixa de aproximadamente 1,2Km na orla leste da cidade ()figura 06. Como a Praia de Iracema, também é considerado um dos “cartões postais” da capital cearense pelo seu potencial paisagístico e econômico (turístico e imobiliário). Além disso, abriga uma tradicional comunidade jangadeira. Seu nome deriva da palavra tupi *Mukurype*, ou “rio dos bacurizeiros” (CABRAL, 2016, p. 45) provavelmente em referência ao atual Riacho Maceió que aí deságua.



Figura 06: Praia do Mucuripe – Localização, 2021.

Fonte: ALMEIDA, SILVA FILHO, 2021, editado pelos autores.

Apesar da importância histórica, o Mucuripe e sua comunidade pesqueira poucas vezes foram considerados no desenho de Fortaleza. Ao contrário, o espaço, que chegou a ser constituído por uma vila de pescadores jangadeiros, tem vivenciado crescente invisibilidade institucional, pressões por remoção e descaracterização do seu território ao longo de sua existência. Cabe aqui destacar o fato de que a pesca artesanal através da jangada é uma arte presente em diversas colônias de pescadores ao longo de toda a costa cearense. Embora de baixa representatividade econômica-financeira, quando comparada com meios modernos de pesca que proporcionam maior produtividade e rentabilidade, a pesca de jangada possui grande relevância no que se refere ao aspecto cultural e identitário (ALMEIDA, SILVA FILHO, 2021).

Tanto no Poço da Draga como no Mucuripe a população local é vulnerável às novas dinâmicas da economia global, Quanto a isso, de acordo com o Relatório de Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Territórios Tradicionais Pesqueiros no Brasil, no Ceará “os cinco maiores conflitos se referem à especulação imobiliária, a empreendimentos turísticos, privatização das terras públicas, carcinicultura e instalação de parques eólicos.” (CPP, 2016, p. 21) Ou seja, a “nova economia”, aliada a políticas públicas excludentes, atendem a interesses diversos dos da população local. Isso põe em risco as territorialidades de ambos os lugares observados. Entendemos “territorialidades” a partir de Raffestin⁶ como um “sistema de relações [que] produz modificações no suporte geográfico e gera uma paisagem particular como resultado.” [acréscimo e tradução nossa]. (MEDINA, 2016, p. 106)

No caso do Poço da Draga, o processo de apagamento está, em um primeiro olhar, associado à desvalorização do seu território histórico, ocasionando degradação física da área e de seus artefatos. Os primeiros marcos afetivos de destaque na paisagem são exatamente as edificações remanescentes da história econômica do bairro.

“São exemplares arquitetônicos característicos do período em que essa região teve maior participação na vida da cidade. A arquitetura de linguagem eclética, que marcou as primeiras décadas do século XX, encontra-se presente e seus exemplares localizados no entorno imediato da comunidade Poço da Draga representam importantes marcos no cenário urbano.” (ALMEIDA, ALVIM, 2016)

Outros marcos desvalorizados ao longo dos anos correspondem aos elementos construídos que conectam diretamente sua população à sua relação histórica com o mar (figura 07). A esses elementos a população atribui ainda maior relação afetiva, já que remontam os tempos dos primeiros habitantes. Os edifícios que simbolizam a atividade portuária, como os galpões e a edificação em pedra da antiga Alfândega são importantes, mas as memórias coletivas de maior relevância aos moradores relacionam-se com a Ponte Metálica do antigo porto, local de trabalho e sobrevivência para os primeiros moradores da região (estivadores e pescadores) e que ainda hoje faz parte do cotidiano dos moradores junto à praia e ao mar (ALMEIDA, 2015).

⁶ RAFFESTIN, Claude. *Dalla nostalgia del territorio al desiderio di paesaggio*. Elementi per una teoria del paesaggio. Florença: Alinea Ed., 2005.



Figura 07: Praia do Poço da Draga e Ponte Metálica em deterioração.

Fonte: ALMEIDA, 2015, p. 208

A precariedade urbanística da área habitacional do Poço da Draga também é um indicador de desvalorização, bem como seu isolamento físico, proporcionado pelos antigos galpões do porto, hoje desativados. A invisibilidade física e social causada por esse contexto permitiu que internamente se desenvolvesse uma identidade própria. Nesse ambiente as afetividades construídas pela comunidade restringem-se a seus moradores.

Talvez esse seja um dos motivos pelo qual a comunidade é conhecida pela abertura das suas lideranças locais à cidade, através de eventos culturais, participação em coletivos e movimentos sociais e pesquisas científicas. Se por um lado a segregação física pode ter contribuído para a permanência da comunidade, por outro o desconhecimento da sua presença é muitas vezes enfrentado pela comunidade por meio da busca por visibilidade, de forma a reverter a condição de “espaço oculto” na cidade, mostrando-se:

“[...] como parte integrante da cidade, plena de significados, rica na sua estrutura e cuja identidade própria não é a mesma atribuída pela cidade. Prejudicada pela precária legibilidade, acaba não sendo reconhecida como parte da cidade nos discursos ou na imagem geral da população, por desconhecimento ou por interesses outros. [...] A variedade de cenários e a forma imagética para a cidade, e mais ainda para seus moradores, fazem dessa área uma importante parte da história da cidade de Fortaleza, que precisa ser reconhecida como tal.” (ALMEIDA, 2015, p.220)

Em contrapartida, a estigmatização da favela parece ser uma “estratégia política-econômica para desmerecer o espaço de forma a torná-lo apropriado à

lógica de ‘ordenamento’ da cidade.” (ALMEIDA, ALVIM, 2016) O risco de remoções e a tentativa de apagamento da história é constante em tais “ordenamentos”. Na segunda metade do século XX, e nas duas primeiras décadas do século XXI, as intervenções públicas e privadas, materializadas ou não na região do Poço da Draga, não têm trazido, ao longo do tempo, respostas às demandas da comunidade. Não conseguem reorientar o processo de exclusão e estigmatização, nem atender às suas necessidades socioeconômicas, e nem mesmo reduzir o *déficit* de infraestrutura urbana. Isso parece se dar em virtude da lógica que predomina nas intervenções contemporâneas, pautadas em discursos de promoção do desenvolvimento urbano orientado a demandas globais, intervindo na paisagem natural e cultural desconsiderando aspectos essenciais ao desenvolvimento local.

O Mucuripe, por sua vez, representa um território com um histórico de visibilidades e apagamentos ainda mais antigo, remontando os primórdios da colonização. Nessa região, há registros da presença europeia antes mesmo da oficialização portuguesa em 1500, através do navegador espanhol Vicente Yañes Pinzón (CABRAL, 2016). Contudo, não há registros precisos do processo de ocupação do lugar. Sabe-se que, após a instalação do Farol do Mucuripe em meados do século XIX, desenvolveram-se pequenos agrupamentos populacionais nos seus arredores, sendo um destes próximo à foz do atual riacho Maceió. Esta comunidade, conhecida como “vila de pescadores do Mucuripe”, praticava além da pesca de jangada, seu principal sustento, também agricultura de subsistência no pouco solo cultivável em uma região marcada pela presença de dunas (FARIAS, 2007). À margem direita do riacho se instalou em 1852 a Capela de São Pedro dos Pescadores (ALMEIDA, SILVA FILHO, 2021). Despontando entre as casas de palha e taipa que abrigavam as famílias de pescadores, foi por muitas décadas a única instituição existente na comunidade (figura 08).



Figura 08: Praia do Mucuripe e a Capela de São Pedro, 1942.

Fonte: NOBRE⁷, 2011, *Apud* ALMEIDA, SILVA FILHO, 2021.

⁷ NOBRE, Leila. *Estação Ferroviária do Mucuripe*. Fortaleza Nobre, 2011. Disponível em: <<http://www.fortalezanobre.com.br/2011/09/estacao-ferroviaria-do-mucuripe.html>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

A enseada e a ponta do Mucuripe sempre despertaram interesses político e econômicos, seja para a instalação de fortificações militares e do farol, seja pelas constantes tentativas de instalação de um porto na região, mesmo antes do primeiro porto de Fortaleza, na região do Poço da Draga. Contudo, a apropriação da região por atividades industriais e portuárias só será efetivada a partir da segunda metade do século XX. Além da onda migratória populacional buscando trabalho com tais atividades, o perfil econômico das famílias da região também inicia um processo de mudança. O discurso vigente, que relaciona urbanização e industrialização à melhoria de vida, passa a influenciar as gerações posteriores de pescadores; parte destes passa a desvalorizar a atividade de seus antepassados, buscando outros ganhos econômicos com o trabalho industrial (ALMEIDA, SILVA FILHO, 2021).

As décadas posteriores trarão novos impactos que alterarão o cenário um dia registrado pelo cineasta estadunidense Orson Welles⁸ (1915-1985) e tantas vezes exaltado na literatura, poesias e músicas. A partir da década de 1960, também a expansão urbana, impulsionada pelo imobiliário no potencial paisagístico e nas atividades de lazer associadas, promovem grandes mudanças na paisagem do Mucuripe. Tal interesse resulta em uma atuação mais assertiva do poder público, com intervenções de vias paisagísticas (Avenida Beira-Mar) e aprovação de loteamentos que resulta em remoções de famílias e derrubada de suas moradias e suas instalações, com destaque ao barracão da colônia de pescadores. (ALMEIDA, SILVA FILHO, 2021)

As intervenções mais recentes, (década de 1990 até os dias atuais) costumam estar associadas também ao desenvolvimento turístico do estado do Ceará. No seu processo de internacionalização, segue promovendo a remodelação da orla de Fortaleza valorizando arranha-céus e equipamentos de lazer, mas promovendo apagamentos do cenário cultural e natural (figura 09) e desvalorização, na paisagem resultante, das pré-existências (figura 10)



Figura 09: Praia do Mucuripe, 2021

Fonte: Nigeria Filmes, 2021 ⁹.

⁸ WELLES, Orson. Four Men on a Raft. In: *It's All True*. Documentário inacabado. 1942. Disponível em: <<https://vimeo.com/207650456>>. Acesso em 30 nov.2021.

⁹ Mini Doc disponível em: <<https://www.instagram.com/tv/CVwJZrpl7Ds/>> Acesso em 22 nov.2021.

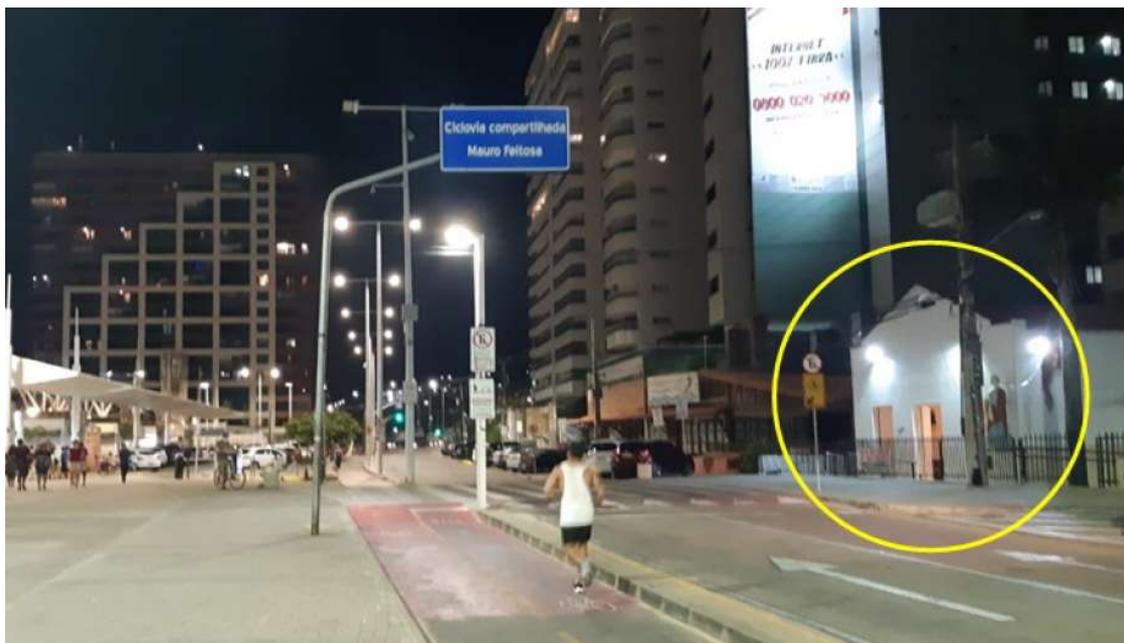


Figura 10: Capela de São Pedro, 2021 (foto: Edmar Mendes Silva Filho)

Fonte: ALMEIDA, SILVA FILHO, 2021

Percebemos que a população do Poço da Draga e do Mucuripe possuem em comum as fortes relações com os lugares onde se encontram, assim como particularidades culturais importantes para a história do próprio território cearense. Contudo, tal população e sua paisagem têm estado à revelia das decisões e das ações públicas, sendo ignoradas e desconsideradas sua existência, seus direitos e sua própria identidade cultural.

Esse processo de desvalorização, degradação e até mesmo apagamento muito se assemelha aos descritos por Romcy (2013), sendo que no Mucuripe, apesar do risco sempre iminente, só vem a se concretizar tardiamente em relação ao Poço da Draga. Este último, por se localizar na área central, vê estes processos acontecerem primeiro.

O interesse pela conversão física e cultural da Praia do Peixe em Praia de Iracema como área de interesse residencial e de lazer ocorreu nas décadas de 1930 e 1940, acentuado pela posterior mercantilização do território com olhar no turismo a partir da década de 1990 (ROMCY, 2013; ALMEIDA, 2015; ALMEIDA, SILVA FILHO, 2021). Processo semelhante de interesse residencial e para o lazer repetiu-se no Mucuripe, porém de forma mais intensa apenas a partir das décadas de 1960 e 1970, acelerando-se a partir dos investimentos em turismo de massa a partir da década de 1990. Em ambos os casos tais processos ocorreram “sem um planejamento territorial e nem avaliação de impactos e riscos sobre a cultura e a qualidade de vida da população residente” (ROMCY, 2013, p.67). Assim, fica clara a:

“[...] demanda da elite pelo litoral, [que] começou um processo de valorização de praias, de especulação imobiliária, de expulsão dos antigos moradores e de início dos conflitos pelo uso e ocupação da zona costeira.” [acréscimo nosso] (ROMCY, 2013, p.66)

Vemos grandes contrastes identitários entre os cenários e os modos de vida que originariamente se desenvolveram no Poço da Draga e no Mucuripe. Em ambos, a marginalização e a precariedade urbanística se consolidam após

décadas de invisibilidade institucional, mas vem sendo substituída por intervenções urbanas que pouco ou nada respondem às necessidades locais. Ao contrário, a linguagem imposta a esses lugares se aproxima da arquitetura homogeneizada internacional, que contribui com a desconstrução dos laços pré-existentes com a paisagem e com a fragilização da economia local, ao se tentar inseri-la na lógica da economia global (ALMEIDA, SILVA FILHO, 2021).

Nos últimos anos, vários projetos de urbanização da orla da Praia de Iracema e da Avenida Beira-Mar (Mucuripe), associados a arquiteturas icônicas, como o Centro Cultural Dragão do Mar, o Acquario do Ceará (não concluído) ou o Mercado dos Peixes, são ferramentas de potencialização de atividades turísticas e de valorização imobiliária. Tais propostas dinamizam a economia da cidade, mas apresentam poucos resultados quando observados pelas necessidades de integração, infraestruturação e desenvolvimento econômico locais. Os discursos que justificam os projetos seguem as lógicas observadas até aqui: a manutenção da invisibilidade institucional das comunidades, ferindo os princípios do direito à cidade (Lefebvre, 2001) e da gestão democrática e participativa definidas na política urbana nacional e expressas na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Cidade.

As intervenções contemporâneas tendem cada vez mais a contribuir com a fragmentação e a financeirização da cidade, buscando integrá-la à rede global, desconectando-a dos recortes territoriais onde se inserem. Isso reforça as vulnerabilidades históricas quando deveria se buscar estreitar as relações das intervenções com os contextos locais. Buscando enfrentar essa tendência, a arquitetura e o urbanismo devem contemplar, em seus planos e projetos, ferramentas (não apenas discursivas) de valorização das culturas locais como potencial integrador e viabilizador do desenvolvimento econômico.

O contexto pandêmico causado pela COVID-19 tornou mais visível essa fragilização. Ao se desvalorizar gradativamente, ao longo das décadas, a economia local popular, e ao se buscar um único pilar de sustentação econômica, como o turismo, percebe-se a visão limitada da realidade e do próprio mundo global e complexo que vivenciamos. Para pensarmos o futuro, recorreremos por fim às palavras do geógrafo argentino Pablo Ciccolella (2012):

“O desafio é como construir um discurso, conceitos e instrumentos analíticos e operativos alternativos que podem evitar o “canto da sereia” do chamado “pensamento único” sobre a cidade e o planejamento urbano. [...] devemos refutar criticamente o conceito de competitividade como único caminho possível ao desenvolvimento e incorporar às nossas análises e discursos, conceitos igualmente operativos e concretos, mas de significado bem diferente, como complementariedade, cooperação e solidariedade [...]” [tradução nossa] (CICCOLELLA, 2012, p. 18)

Veremos, a seguir, as positivities trazidas pelo fortalecimento das identidades locais a partir da Escola Territorialista Italiana. Nessa abordagem, discute-se caminhos alternativos apoiados no conceito de desenvolvimento local como forma de enfrentamento do modelo de desenvolvimento econômico vigente, cujos resultados tem sido o aumento das desigualdades sociais e enfraquecimento das democracias. No tema da paisagem cultural e suas representações, pensar o contexto local é um caminho possível, pois contrapõe-se ao imaginário estereotipado da cidade e fortalece o senso de apropriação, as identidades locais e a cidadania.

CONSIDERAÇÕES CRUZADAS: INTERVENÇÃO E APROPRIAÇÃO, UM DIÁLOGO NECESSÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Alvim, Castro e Zioni (2010) nos conduzem a contribuir com o debate em prol do direito à cidade e do combate às desigualdades como forma de construção social e democrática:

“O tema da resolução das desigualdades sociais no meio urbano tem se dirigido para o estabelecimento de uma troca de experiências e de um debate em nível mundial que conflui para as questões do direito à cidade e dos direitos da cidadania.” (ALVIM, *et al*, 2010, p. 38)

Partindo desse debate, Dowbor (2016) reflete sobre a mudança cultural que precisamos promover a partir de experiências de iniciativa comunitária:

“Faz parte da nossa cultura achar que alguém “em cima” vai resolver os nossos problemas. No entanto, ao olharmos para países que se urbanizaram antes de nós, constatamos que as pessoas não esperam, arregaçam as mangas e enfrentam a resolução de problemas elementares que as cercam.” (DOWBOR, 2016, p. 19)

Dowbor (2016) compreende que as instituições públicas se apropriam de processos locais, em uma estruturação que pode parecer lógica se pensarmos o Estado como provedor das necessidades sociais, mas é ilógico quando pensamos que uma grande parte dessas necessidades podem ser atendidas pela articulação social na escala local. Dessa forma, tal estrutura afasta o cidadão dos processos de decisão e dificulta a construção da cidadania.

“A realidade simples que hoje se descobre é que a maioria das ações que concernem as nossas necessidades do dia a dia, como a construção e gestão das escolas, a organização das redes comerciais e financeiras, a criação das infraestruturas locais, a preservação do meio ambiente, a política cultural e tantas outras, podem ser resolvidas localmente, e não necessitam de intervenção de instâncias centrais de governo, que tende a burocratizar o processo e manter o divórcio relativamente ao que é realmente importante para a população local.” (DOWBOR, 2016, p. 26)

Somos um país avançado no que concerne ao pensamento relativo à democracia participativa, já presente na Constituição Federal de 1988, mas atrasados quanto a aplicação social e institucional desse pensamento. Ao contrário, vemos a manutenção do *status quo* em muitos aspectos, em especial, na compreensão unívoca de que nossa democracia se resume à representatividade. Dowbor (2016) comenta sobre isso:

“Trata-se, sem dúvida, de um problema de maturidade política: somos um país de incipiente cultura participativa e a transformação do nível de consciência sempre leva tempo.” (DOWBOR, 2016, p. 98)

A mudança cultural faz-se necessária, com olhar direcionado à escala local, ou seja, à escala do bairro, espaço das relações humanas e onde os vínculos se constroem e se fortalecem.

“Estas relações criadas dia-a-dia dão sentido ao lugar, isso porque este só pode ser compreendido em suas referências, que não se limitam à forma ou à funcionalidade, mas são formados por uma

união de ideias e materializados pelas práticas sociais ali presentes.” (PEREIRA, ALMEIDA, 2021, p. 5)

Diante dessa constatação, Pereira e Almeida (2021), a partir de Magnaghi (2011), compreendem que o processo de construção de estigmas e estereótipos nas cidades, atualmente caracterizados pela importação de imagens homogêneas globalmente, podem ser desconstruídos com o “fortalecimento das características heterogêneas dos lugares” (PEREIRA, ALMEIDA, 2021, p. 6). Sobre os territórios excluídos e estigmatizados:

“Consideramos as favelas como alguns destes lugares heterogêneos, de constituição simbólica na imagem da cidade, pois conseguem guardar na dimensão espacial a identidade dos grupos que as produzem espontaneamente por meio de suas próprias relações sociais.” (PEREIRA, ALMEIDA, 2021, p. 5)

Esses saberes locais são altamente valorizados pela Escola Territorialista Italiana, pois são reconhecidos como os saberes capazes de enfrentar o “déficit de legitimação” (MAGNAGHI, GIUSTI, 1989, p. 12) do modelo eurocêntrico ocidental que compõe o padrão cultural vigente, propondo:

[...] uma discussão radical do caráter inevitável do processo de desenvolvimento tradicional, baseado no crescimento econômico, na importância do mercado, nas formas e relações de produção industrial-capitalista [...] processo de desenvolvimento que se deriva substancialmente do hábito de atribuir valor ao interior de uma estrutura portante unilateral, antropocêntrica, econocêntrica.” (MAGNAGHI, GIUSTI, 1989, p. 13)¹⁰

Alberto Magnaghi e Mauro Giusti (1989) apontam que as críticas a esse modelo de desenvolvimento vêm de várias reflexões teóricas e práticas sociais que propõem “modalidades alternativas de desenvolvimento” (MAGNAGHI, GIUSTI, 1989, p. 14). O autor defende um desenvolvimento local pautado: 1) na valorização das necessidades qualitativas, e não apenas as materialistas; 2) na relação humana diferente com a natureza, de respeito e não mais de domínio; 3) no território local como sujeito do desenvolvimento, acima 4) dos localismos econômicos e 5) das autonomias administrativas, mas valorizando 6) o localismo e o microglobalismo (MAGNAGHI, GIUSTI, 1989). O autor propõe ainda a valorização 7) do Terceiro Setor e da viabilização da 8) sociedade pós-industrial com suas atividades locais, de ordem qualitativa e com resultados concretos; 9) incorporando a complexidade, oriunda dos aspectos qualitativos, como recurso para o desenvolvimento e construindo, por fim, um movimento para construção de 10) novas teorias de desenvolvimento (MAGNAGHI, GIUSTI, 1989). A partir da sua teoria sobre desenvolvimento local, Magnaghi (2017) desenvolve seu “esquema hidráulico” (figura 11) onde, através da compreensão dos fluxos como fluidos que se interconectam organicamente, pode ser construído um caminho viável para a “reterritorialização”, ou para o desenvolvimento local autosustentável.

¹⁰ [...] una discusión radical del carácter inevitable del proceso de desarrollo tradicional, basado en el crecimiento económico, La importancia Del mercado, las formas y relaciones de producción industrial-capitalista [...] proceso de desarrollo que se deriva sustancialmente Del hábito de atribuir valor al interior de una estructura portante Del todo unilateral, antropocêntrica, econocêntrica. (MAGNAGHI, 1989, p. 13)

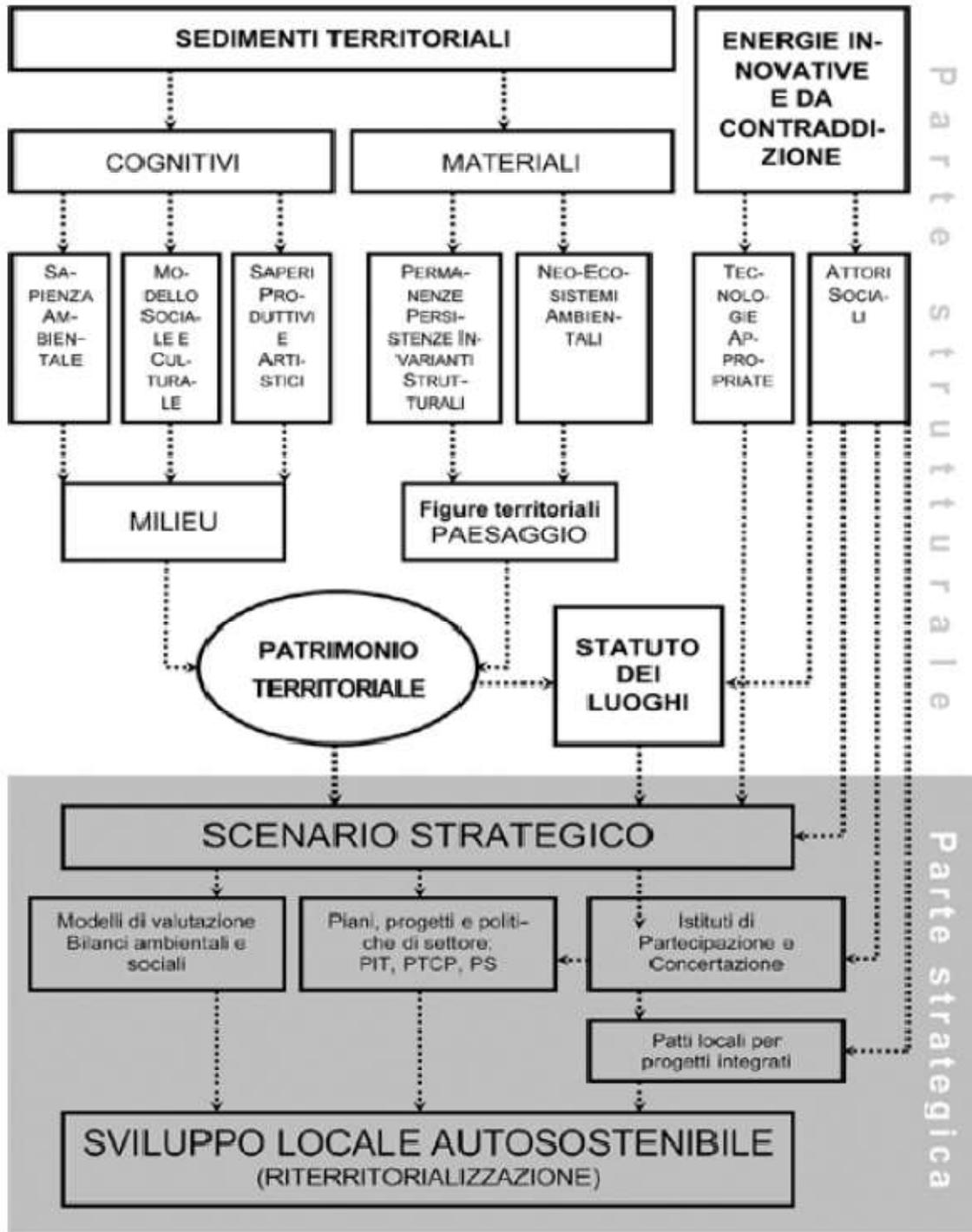


Figura 11: Esquema “hidráulico” de Alberto Magnaghi.
 Fonte: MAGNAGHI, 2017, p. 38

O modelo se estrutura em duas grandes partes: estrutural e estratégica. A parte estrutural se compõe da junção das positividade trazidas pelas “energias inovativas e contraditórias” e pelos “sedimentos territoriais”. Na primeira observamos que a apropriação de tecnologias e os atores locais tem conexão direta e ativa na construção dos cenários estratégicos e do *status* dos lugares. Os sedimentos territoriais, por sua vez, divididos entre os cognitivos e os materiais, contribuem com a consolidação do milieu (ambiência) e com as representações territoriais (paisagem), os dois elementos que compõem o

patrimônio territorial, objeto da consolidação, pelos atores locais, do **status dos lugares** citado anteriormente. Cabe destacar que o autor entende como aspectos cognitivos: os saberes ambientais, o modelo social e cultural, e os saberes produtivos e artísticos; e como aspectos materiais as permanências existências estruturais invariáveis e os neo-ecossistemas ambientais.

A parte estratégica do modelo é composta pelos elementos propositivos de reconversão do desenvolvimento. Nele podemos constatar que o cenário estratégico, construído a partir do patrimônio territorial, do *status* dos lugares atribuídos pela população local e das tecnologias apropriadas (estes dois últimos componentes do que ele chama de “energias inovativas”), impulsiona as ferramentas de implementação do modelo pelos agentes locais. São elas: 1) modelos de avaliação / balanços ambientais e sociais; 2) planos, projetos e políticas setoriais; e 3) institutos de participação e consulta que dão como resultado os pactos locais para os projetos integrados. O modelo busca, assim, alcançar o desenvolvimento local autosustentável, ou a “reterritorialização”.

Pudemos perceber pelas reflexões aqui desenvolvidas que as intervenções urbanas são mais do que elementos propositivos; ao alterarem as paisagens, constroem e reconstrõem o imaginário sobre a própria cidade, e por isso são cruciais para a apropriação da cidade. Na contemporaneidade, muitos planos e projetos urbanos são usados para justificar e naturalizar intervenções na paisagem que não atentam aos interesses da coletividade, pois não consideram tais paisagens como parte do patrimônio cultural local.

Este trabalho convida, então, os profissionais da arquitetura e do urbanismo a uma reflexão ética sobre seu próprio papel na construção ou manutenção de vulnerabilidades sociais e urbanas, cujas representações e interpretações dadas às paisagens podem ser usadas para valorizar estereótipos e construir estigmas sobre os territórios, ou, ao contrário, fortalecer o desenvolvimento local auto-sustentável e os territórios locais, plenos de vitalidade, identidade e apropriação. Finalizamos agradecendo à Universidade pelo auxílio a essa pesquisa através de benefício-mérito de isenção concedido pelo processo seletivo de doutorado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, André Araújo. *Segregação urbana na contemporaneidade: o caso da Comunidade Poço da Draga na cidade de Fortaleza*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Orientadora: Angélica Aparecida Tanus Benatti Alvim. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015. 258 f.

ALMEIDA, André Araújo; ALVIM, Angélica Aparecida Tanus Benatti Alvim. *Segregação urbana na contemporaneidade: o caso da Comunidade Poço da Draga na cidade de Fortaleza*. In: *Urbfavelas. Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas*. 2. 2016, Rio de Janeiro, Anais do Congresso. Rio de Janeiro: UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2016.

ALMEIDA, André Araújo; SILVA FILHO, Edmar Mendes da. *Arquitetura de contrastes: a modernização do Mercado dos Peixes do Mucuripe (Fortaleza – CE) e a figura do jangadeiro na cidade contemporânea*. *ENANPEGE – Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia*. 14. Campina Grande – PB, 2021. ISSN 2175-8875.

ALVIM, Angélica Tanus Benatti; CASTRO, Luiz Guilherme Rivera de; ZIONI, Silvana. 1 – Avaliação de políticas urbanas. (13-41). In: ALVIM, Angélica Tanus Benatti; CASTRO, Luiz Guilherme Rivera de. *Avaliação de políticas urbanas: contexto e perspectivas*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mackpesquisa e Romano Guerra Editora, 2010.

ASCHER, François. *Os novos princípios do urbanismo*. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

BENEVOLO, Leonardo. *A arquitetura no novo milênio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

CABRAL, Sidarta Nogueira. *A experiência da educação patrimonial no grupo Enxame – O Mucuripe conta sua cultura a partir de suas juventudes*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2016.

CICCOLELLA, Pablo. *Revisitando la metrópolis Latinoamericana más allá de la globalización*. *Revista Iberoamericana de Urbanismo*. N.8. Barcelona: RiURB, 2012. ISSN 2013-6242.

COUTO, Mia. *E se Obama fosse africano?: e outras intervenções*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CPP. *Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras*. CPP – Conselho Pastoral dos Pescadores: Brasília, 2016. p. 104. ISBN 978-85-60917-56-3.

DOWBOR, Ladislau. *O que é poder local*. Imperatriz, MA: Ética, 2016.

FARIAS, Airton de. *História do Ceará*. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2007.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. *Ver a cidade: cidade, imagem, leitura*. São Paulo: Nobel, 1988.

FISCHER, Luca. Do antiespaço moderno, pelo hiperespaço pós-moderno, ao encontro do espaço na contemporaneidade. *17 ENANPUR – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. São Paulo, maio.2017. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%206/ST%206.7/ST%206.7-02.pdf>. Acesso em 07 maio.2019.

GUIMARÃES, Ligia. Para moradores de Paraisópolis, vida média é 10 anos mais curta que no vizinho Morumbi. *Website da BBC New Brasil*. São Paulo: BBC News Brasil, 05 dez.2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50666702>>. Acesso em 14 jun.2021.

HARVEY, David. Cap 04 - A pós-modernidade na cidade: arquitetura e projeto urbano. (69-96). In: HARVEY, David. *Condicao pos-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MAGNAGHI, Alberto; GIUSTI, Mauro. Notas para uma teoria del desarrollo local. *Cuadernos de Agroindustria y Economía Rural*, n.23, Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 1989. Disponível em: <<https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/desarrolloRural/article/view/3312>> Acesso em 04 mar.2021

MAGNAGHI, Alberto. *El Proyecto local: hacia una consciencia del lugar*. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya Iniciativa Digital Politècnica, 2011.

MAGNAGHI, Alberto. La storia del territorio nell'approccio territorialista all'urbanistica e alla pianificazione. *Scienze del Territorio*. n.5. p.32-41. Florença: Firenze University Press, 2017. ISSN 2284.242X; DOI: 10.13128. Disponível em <<https://core.ac.uk/download/pdf/228590357.pdf>>. Acesso em 27 maio.2021.

MALARD, Maria Lucia. *As aparências em arquitetura*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

MEDINA, Mercedes. El paisaje del bajo Río Uruguay, huellas en el territorio. In: Paisajes: territorio, ciudad, arquitectura. *Revista A&P Continuidad*. Publicación temática de arquitectura de la Facultad de Arquitectura, Planeamiento y Diseño, Universidad Nacional de Rosario. N.05, 3. Rosario - Argentina: FAPyD-UNR, dez.2016. ISSN 2362-6097.

MONTANER, Josep M. *Arquitectura y crítica*. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

MONTANER, Josep Maria; MUXI, Zaida. *Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos*. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MONTES, Ian Pellegrini. Fortaleza. *Website Viagem & Turismo*. Ed. Abril, sd. Disponível em: <<https://viagemeturismo.abril.com.br/cidades/fortaleza/>>. Acesso em 08 jun.2021.

PEREIRA, Rafael Carvalho Fernandes; ALMEIDA, André Araújo. Paisagem cultural e reconhecimento social: o caso do Conjunto São Vicente de Paulo (Comunidade das Quadras) em Fortaleza, CE. (118-144). In: DOARTE, Luciano Chinda. *Educações e cultura: teorias, perspectivas, formas e análises*. Curitiba: Instituto Memória, Centro de Estudos da Contemporaneidade, 2019.

PEREIRA, Rafael Carvalho Fernandes; ALMEIDA, André Araújo. A patrimonialização da imagem do 'outro' como ferramenta de voz. In: *CIEP – Congresso Internacional Estudos da Paisagem*. 1, Maceió. Artigo completo. Universidade Federal de Alagoas, 2021.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

ROMCY, Cristina Maria Aleme. *A Produção do Espaço: ausência de integração das políticas públicas na zona costeira do Município de Fortaleza*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2013.

TIETZ, Jürgen. *História da Arquitectura Contemporânea*. Berlim: h.f.ullmann, 2008.

TOSI, Marcela. Fortaleza é a quinta cidade brasileira com maior percentual de casas em favelas. *OPOVO online*. 19 maio.2020. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2020/05/19/fortaleza-e-a-quinta-cidade-brasileira-com-maior-percentual-de-casas-em-favelas.html>>. Acesso em 08 jun.2021.

VARGAS, Heliana Comin. O arquiteto e seus clientes. (01-14). In: VARGAS, Heliana Comin; ARAÚJO, Cristina Pereira de (org.). *Arquitetura e Mercado Imobiliário*. Barueri – SP: Manole, 2014.

ZEVI, Bruno. *Saper vedere La città – Ferrara di Biagio Rossetti, 'la prima città moderna d'Europa'*. Milano: Bompiani, 2018.